

Lisboa e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ilustram este estudo, permitindo visualizar a ocupação do território paulista no século XVIII.

( Do Suplemento Cultural de "O Estado de S. Paulo", nº 175, 9 de março de 1980. )

\*

## PSICOLOGIA DAS DEMOCRACIAS E DAS DIDATURAS

João Batista Pinheiro Cabral  
( Brasília, DF )

O Professor Zevedei Barbu exerceu diversas atividades funcionais e intelectuais em seu país de nascimento, a Romênia. Nos anos da juventude, antes da Segunda Guerra Mundial, viajou pela Europa e freqüentou os melhores ambientes acadêmicos do continente. Após as vicissitudes da Guerra, quando exercia atividades diplomáticas na Legação Romana em Londres, resolveu, depois de meditar profundamente, tomar a decisão de viver no Ocidente em caráter definitivo. Radicou-se na Inglaterra e tornou-se profissional do ensino de Sociologia. Lecionou inicialmente na Universidade de Glasgow, na Escócia, e depois na Universidade de Sussex, em Brighton. Atualmente o Professor Barbu leciona no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Como sociólogo profissional, Zevedei Barbu estuda em seu trabalho, **Democracy and Dictatorship: Their Psychology and Patterns of Life**, ( New York, Grove Press, 1956. ), os conceitos Democracia e Ditadura, a partir das perspectivas sociológica e psicológica, usando o conceito de padrão ou tipo de vida, como meio de combinar uma análise da estrutura político-social com um estudo de comportamento social e de personalidade.

Na opinião de Barbu, a distinção essencial entre Democracia e Ditadura reside no fato de esses sistemas encararem de modo diferente os fenômenos das mudanças sociais. Democracia e Totalitarismo reagem à fluidez social, que caracteriza a sociedade moderna, de modo totalmente diverso. Os sistemas democráticos caracterizam-se pela existência de estruturas políticas e sociais bastante flexíveis, o que lhes possibilita a assimilação de mudanças sem transtorno ou receio. Psicologicamente isto se reflete no predomínio, entre os elementos das sociedades democráticas, do império da razão e da inteligência, que são duas das funções que permitem aos indivíduos alcançarem "ordem nas mudanças e a manutenção da unidade com variedade". Assim sendo, o impacto da modernização sobre os valores e instituições tradicionais é amaciado, ou contrabalançado, pela existência ( nessas sociedades democráticas ) de um

senso de segurança que emana da crença e da confiança na capacidade do homem de controlar as mudanças pelo uso de suas faculdades. O Professor Barbu também associa o papel da racionalização nas democracias com a criação de um sistema de valores no qual a fé em Deus e na capacidade humana se sustentam mutuamente. A essência da democracia, nos diz o Professor Barbu, reside no fato de ela representar “um modelo, ou um modo ético de vida”.

Para o autor, Ditadura e Totalitarismo ( usa ele os dois termos como sinônimos ), apesar de resultantes das mesmas forças modernizadoras que são também causadoras da democracia, geram insegurança e tensão em vez de confiança e tranqüilidade. Há ainda uma distinção entre duas espécies de Ditadura: o tipo Fascista e o Comunista. No caso do Comunismo, diz o autor, procura-se resolver os problemas da insegurança, da ansiedade e da angústia social pela implantação de um sistema econômico “super-racionalizado”, no qual todas as crises possíveis e imagináveis seriam adrede antecipadas e eliminadas. No comunismo não há condições para que subsista qualquer espécie de fé transcendental, pois toda segurança social repousa exclusivamente na imanente visão Marxista-Leninista da Utopia Proletária. O Fascismo por sua vez, continua Barbu, abandona tanto a fé em Deus quanto a fé na capacidade da humanidade para conviver com mudanças sociais de qualquer espécie. O Fascismo adota uma superestrutura social que se sustenta não em bases racionais, mas sim numa estrutura social fundamentada puramente em emoções e em laços primitivos. Em contraste com o predomínio da razão e da inteligência ( que são inerentes ao modo e ao padrão de vida da Sociedade Democrática ), o Fascismo caracteriza-se, tanto no plano individual como no coletivo, pelo predomínio das emoções, do instinto e da compulsão. Na Democracia observa-se ainda um processo que Barbu chama de “individualização”. Isto permite ao indivíduo reconciliar as exigências do grupo com sua própria individualidade ( ego-estrutura ), sem sacrificá-la, ao passo que a personalidade fascista tem pouca ou nenhuma autoconfiança nessa virtude do homem e, por isso, procura recompensa identificando-se com um super-ego inflado na forma de uma mistificação patriótica, de um povo místico ou de uma super-raça.

O que foi dito acima, além de representar uma tentativa de sumarizar os pontos principais da obra do Professor Barbu, nos dá também a oportunidade para apresentação de alguns comentários críticos ao estudo. O autor anuncia que o método por ele usado na análise do problema é a “redução fenomenológica”, através da qual procura construir “tipos ideais” de Democracia, Fascismo e Comunismo. Nisto é original, pois antecipou-se ao trabalho de Ernest Nolte.<sup>1</sup> Deve-se ressaltar aqui,

(1) Ernest Nolte, *Three Faces of Fascism: Action Française, Italian Fascism, National Socialism* ( London, 1965. )

porém, a inexistência de evidência que indique haver Nolte procurado inspiração no modelo de Barbu, quando elaborou o seu estudo. Mesmo assim, nota-se certa semelhança entre o que diz Barbu em referência à rejeição fascista da fé em Deus e na capacidade do homem, e a idéia divulgada por Nolte do desprezo do Fascismo pelo Transcendentalismo em todas as suas manifestações teóricas ou práticas. Todavia, ao contrário da obra de Nolte, o estudo do Professor Barbu talvez apresente certa fragilidade quanto ao emprego do tratamento fenomenológico no estudo do problema. Isto poderia levar o leitor a sentir que há na obra um excesso de abstração, sem os correspondentes benefícios redentores de uma bem estruturada fundamentação empírica. Barbu afirma haver colhido da História, o material e a evidência de que se utiliza, mas a maior parte do que ele apresenta na obra é derivada — quase que exclusivamente — da experiência alemã com o Nazismo. Isto se explica, ao menos em parte, pelo fato de Barbu haver pessoalmente experimentado a impossibilidade de convivência do homem racional, inteligente, com o totalitarismo Nazista. Sua desagradável experiência pessoal com essa variável totalitária parece ter influenciado profundamente sua obra. Basta dizer que a parte do livro dedicada ao Fascismo chama-se “A psicologia do Nazismo”. Pouca atenção é dedicada ao Fascismo Italiano, o que poderia levar o leitor a concluir, também, que para o Professor Barbu não existe diferenças entre essas duas espécies de Ditadura.

A afirmação que Democracia é “o ajustamento de grupos sob condições de tranqüilidade” e Ditadura representa “o ajustamento de grupos sob tensão”, pode parecer ao leitor estudioso um truísmo que, apesar de sua validade e propriedade, pouco contribui para esclarecer e explicar as causas dessas condições de tranqüilidade e de tensão inerentes a cada um desses sistemas. Barbu reconhece que a noção de Fascismo como “Grupo de Comportamento Regressivo” tem limitações, e que ela se adequa apenas parcialmente quando é empregada para explicar a ascensão do Nazismo. Corretamente Barbu observa que certos fatores de ordem racional desempenharam papéis importantes no desenvolvimento do fenômeno, como é o caso do apoio dado a Hitler por grupos de interesse que agiam movidos exclusivamente por motivos pragmáticos.

A ênfase emprestada por Barbu à base racional da moralidade Democrática, e sua correspondente negativa à existência de qualquer dimensão ética no Fascismo, talvez seja também entendida pelo leitor como outra reação do instinto humanista do autor contra o sistema que ele, desgraçadamente, teve que tolerar durante alguns anos em sua pátria, durante a Segunda Guerra Mundial. De qualquer modo, Barbu parece ignorar o tema da “fé” constante em todos os arroubos da fastidiosa oratória própria de Hitler, bem como a maneira como seu apelo era

dirigido não tanto contra o transcendentalismo, mas sim explicitamente para a satisfação do que Stern chamou de “necessidade religiosa” que existia no seio da sociedade alemã no período posterior à Primeira Guerra Mundial.<sup>2</sup> De modo semelhante, o Professor Barbu insiste na tecla da “super-racionalidade” planificada no Comunismo, que, apesar de se aplicar indubitavelmente ao Marxismo-Leninismo em certa época, não parece mais inteiramente compatível com o que se pratica hoje em dia em países comunistas como a própria União Soviética e, muito menos, ainda na República Popular da China.

Notamos agora alguns outros detalhes da discussão de Barbu a respeito da “psicologia do Nazismo”. Percebe-se, em primeiro lugar, que o autor não encontra as raízes do fenômeno fincadas exclusivamente nem no apelo ao nacionalismo, nem no seio de qualquer grupo social. Ele acha que o cerne do movimento encontra-se “no estado mental característico do Grupo Germânico como um todo”, vivendo sob as tensões geradas pelas condições do período posterior à Primeira Guerra Mundial. Para Barbu a tese segundo a qual o Nazismo foi um movimento das classes baixas e médias não contém evidência conclusiva nem pode ser aceita como válida, apesar dele mesmo não especificar o que seria essa evidência conclusiva. Barbu preocupa-se porém, em usar seus argumentos para provar que o segmento mais importante de apoio ao Nazismo veio de elementos **déclassés**, de “indivíduos claramente sociopatas e inclinadas à delinquência política”. Na tentativa de explicar o comportamento regressivo desses segmentos da sociedade alemã, Barbu aceitou em linhas gerais o clássico diagnóstico de Erich Fromm do “medo e do receio da liberdade”, mas ao contrário de Fromm ele insiste em dizer que as tendências autoritárias produzidas por esse “medo da liberdade” se encontravam presentes em todos os segmentos da população alemã da época estudada, e não somente na pequena burguesia. É oportuno lembrar aqui também que ele cautelosamente avisa aos seus leitores que qualquer tentativa de se detectar características sociopatológicas comuns ao grupo alemão como um todo deve ser considerada como altamente hipotética; e que, com toda certeza, nem todos os alemães no período posterior à Primeira Guerra Mundial eram “sociopatas claramente identificáveis”. Mesmo assim, Barbu parece plenamente convencido de que o estado de insegurança geral fez com que a sociedade alemã se transformasse num solo fértil no qual poderia se desenvolver um sistema nitidamente sociopatológico.

Barbu parece refletir em sua obra aqui discutida muitos dos pontos de vista de G. M. Gilbert ( *The Psychology of Dictatorship*, 1950 ). Especialmente no que diz respeito aos problemas específicos da personalidade autoritária do Nazismo, tais como a estrutura do ego, do

(2) J. P. Stern, *Hitler: The Fuhrer and the People* ( Londres, 1975 ) p. 93.

super ego hipertrofiado, da preocupação com aceitação e identificação com o grupo, insensibilidade moral e “deficiência funcional para testar a realidade.” Este último ítem refere-se a inabilidade do indivíduo em conciliar suas concepções íntimas com a realidade do mundo exterior. Tal deficiência faz com que o indivíduo passe a usar suas próprias imagens mentais como substituto da realidade, em vez de se adaptar e ajustar-se a ela. Essa tendência dos pensadores políticos alemães de preferirem o **ideal** em lugar do **real** foi também observada e comentada por outros autores, e a esse respeito pouco novidade é acrescentada no trabalho de Barbu. Muitas das idéias e conceitos contidos no trabalho aqui comentado tornaram-se, nas duas décadas posteriores à sua publicação, bastante conhecidos nos círculos profissionais, e alguns foram objeto de estudos e re-interpretações mais recentes e mais profundas, com o benefício do tempo e de novas fontes. Isto é verdade particularmente em referência à análise psicologicada liderança Nazista e do próprio Hitler, feita por Barbu de modo avançado ( para a época ) mas não exaustivo. Seu quadro psicológico de Hitler como um psicopata, e o emprego da “projeção como um mecanismo pelo qual ele focalizou ou transferiu para os judeus todas as dúvidas, insegurança, ódio e hostilidades” continua sendo aceita ainda hoje entre os estudiosos. Todavia, o trabalho mais recente do Psicohistoriador Robert G. L. Waite, que estudou profundamente o problema de Hitler<sup>3</sup>, demonstra, claramente, a complexidade e as dificuldades a serem enfrentadas por aqueles que procuram utilizar-se da psicologia como instrumento para o estudo da História. Barbu utilizou-se de um número relativamente pequeno de fontes impressas para documentar seu trabalho, e uma delas, **As memórias de Joseph Greiner**, um pretense amigo de Hitler na Áustria, foi mais tarde considerada de autenticidade duvidosa<sup>4</sup>. Como um todo, porém, a obra de Barbu abre ao leitor largas perspectivas para uma compreensão mais dilatada das concepções básicas sobre as quais se fundamentam a Democracia e a Ditadura, chegando ao requinte de procurar esclarecer o fenômeno a partir das estruturas mentais que conceberam essas formas de organização social. O trabalho, apesar de já haver entrado em sua terceira década, continua, em muitos aspectos, atual. Sua leitura contribuirá em muito para o enriquecimento dos conhecimentos daqueles que se preocupam com a compreensão dos problemas sociais, políticos, econômicos e históricos do mundo contemporâneo, sejam eles iniciados ou leigos.

\*

#### O PENSAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO DE VIEIRA

Walter Cardoso  
( Batatais, SP )

Embora apresentada há mais de vinte anos como dissertação de mestrado na Universidade do Texas, a monografia de Thomas Richard

(3) Robert G. L. Wait, *The Psychopathic God: Adolf Hitler* ( New York, 1977 ).

(4) Wait, pp. 427 – 32.